

## **Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos**

Bárbara Araújo Machado\*

**Resumo:** O presente artigo busca refletir sobre a potencialidade e os limites do conceito de interseccionalidade para o feminismo e, mais amplamente, para as lutas antissistêmicas. Reconhecendo a importância de se considerar as questões de classe, raça e gênero de maneira articulada, partirei de análises ressaltam as dificuldades decorrentes do caráter aberto da interseccionalidade e de sua generalização no campo das ciências sociais nos últimos anos. Tal generalização engloba - e frequentemente mascara - perspectivas diferentes e por vezes conflitantes no seio do feminismo, perdendo-se de vista a real dimensão das questões internas que o atravessam. É fundamental, portanto, conceituar melhor e mais precisamente a interseccionalidade. Para contribuir com tal tarefa, revisito artigos da proponente do termo "interseccionalidade", Kimberlé Crenshaw, em diálogo crítico com o conceito de "consubstancialidade", ligado ao feminismo materialista francófono, este influenciado pelo marxismo. Interseccionalidade e consubstancialidade, por partirem da premissa da articulação entre gênero/sexo, raça e classe, têm sido por vezes tomadas como similares ou intercambiáveis, ainda que se diferenciem significativamente. Defenderei a radicalização da perspectiva do primeiro conceito através da adoção de um conceito de classe social referente à luta de classes, e não a uma perspectiva quantitativa e liberal, para que assim seja resgatado seu sentido crítico original de contestação e transformação social, ligado ao feminismo negro e às mulheres de cor norte-americanas.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Consubstancialidade, Feminismo negro, Feminismo materialista.

### **Intersectionality, Consubstantiality and Marxism: theory and politics**

**Abstract:** The presentation reflects about the possibilities and limits of the concept of intersectionality for feminism and, more broadly, for antisystemic struggles. The current work acknowledges the importance of considering class, race and gender in an articulated fashion. Therefore, the article is based on analyses that highlight the difficulties raised by the openness of the concept of intersectionality, as well its generalized used by social sciences lately. To perform this ask, the article discusses articles by Kimberlé Crenshaw (the proposer of the term 'intersectionality') dialoguing with the concept of 'consubstantiality'. The concept of 'consubstantiality' is linked to the francophone materialist feminism, influenced by Marxism. Interseccionalidade and consubstantiality have been taken as similar or exchangeable terms, since they are based on the premise of the articulation of gender/sex, race and class; however they differ significantly. The article defends the radicalization of the perspective of the concept of intersectionality, through the adoption of the concept of social class linked to class struggle. Therefore, the proposed work will diverge from a quantitative and liberal perspective, so that the original critical sense of social transformation can be restored, reconnecting it to black feminism and to the North-American women of colour.

**Keywords:** Intersectionality, Consubstantiality, Black Feminism, Materialist Feminism.

---

\* Doutoranda em História da Universidade Federal Fluminense.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a potencialidade e os limites do conceito de interseccionalidade para o feminismo e, mais amplamente, para as lutas antissistêmicas. As questões aqui levantadas, ainda que produzidas em um contexto acadêmico, têm como horizonte de intervenção as lutas políticas cujo palco é a sociedade. Parto das concepções de que teoria e prática não são âmbitos separados (CURIEL, 2008) e de que intelectuais se vinculam necessariamente a um grupo ou outro dentre os envolvidos nos conflitos sociais (GRAMSCI, 2001), sendo assim inviável pensar em produção de conhecimento apartada da realidade social.

A partir do reconhecimento da importância de se considerar as questões de gênero, raça e classe de maneira imbricada e articulada, considerarei as análises de Ina Kerner, Maria Carbin e Sara Edenheim, que ressaltam as dificuldades decorrentes do caráter aberto do termo e de sua generalização no campo das ciências sociais nos últimos anos (CARBIN; EDENHEIM, 2013; KERNER, 2016). Segundo elas, a interseccionalidade se tornou um conceito *mainstream* nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos. No Brasil, o termo vem crescendo cada vez mais, ganhando espaço em obras acadêmicas (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016), cursos de pós-graduação e em eventos acadêmicos.<sup>1</sup>

Para Carbin e Edenheim, essa "vitória" do termo engloba - e frequentemente mascara - uma série de perspectivas diferentes e por vezes conflitantes (CARBIN; EDENHEIM, 2013). Isso tem consequências para o feminismo como um todo, ao perder-se de vista a real dimensão das questões internas que o atravessam, cujo reconhecimento, compreensão e discussão são necessários para que se possam

---

<sup>1</sup> Como exemplos, há a disciplina "Linguagens, feminismos e interseccionalidades", oferecida no semestre 2016.2 pelas professoras Vanessa Berner e Fátima Lima, tanto no Programa de Pós-Graduação em Direito como no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro), bem como a disciplina "Interseccionalidade e Marcadores Sociais de Diferença", ministrada pela professora Maria Elvira Díaz-Benitez no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, oferecida anteriormente no primeiro semestre de 2015. A interseccionalidade figurou também em eventos acadêmicos como o Desfazendo Gênero de 2015, constituindo título de diversos simpósios temáticos (cf. <<http://www.desfazendogenero.ufba.br/>>).

promover avanços. Diante desse quadro, Carbin e Edenheim advogam pela necessidade de se conceituar melhor e mais precisamente a interseccionalidade (CARBIN; EDENHEIM, 2013).

Neste artigo, me proponho a contribuir para tal tarefa, trazendo elementos para compor a elaboração de um conceito de interseccionalidade mais preciso do que aquele sob cujo véu de consenso se encontram perspectivas teóricas, políticas e filosóficas conflitantes. Para tanto, abordarei dois artigos fundamentais da autora considerada como a proponente do termo "interseccionalidade", Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 1993, 2002), buscando identificar as definições centrais do conceito, as propostas políticas nele contidas e algumas de suas limitações.<sup>2</sup> Essa análise se dará através de uma perspectiva política e filosófica marxista, a qual informa minha leitura do mundo, do feminismo e da luta antirracista.<sup>3</sup>

O marxismo influenciou historicamente correntes feministas como o feminismo operário e o feminismo materialista (ARRUZZA, 2010). O último teve grande êxito na França, onde se desenvolveram conceitos como o de "relações sociais de sexo" e o de "consustancialidade" (CISNE, 2014). A consustancialidade e a interseccionalidade, pelo fato de partirem da premissa da articulação, interseção ou enovelamento de gênero, raça e classe, têm sido por vezes confundidas e até mesmo tomadas como similares ou intercambiáveis.<sup>4</sup> Todavia, os dois conceitos diferenciam-se significativamente, conforme veremos. Com isso em vista, considerarei as críticas direcionadas à

---

<sup>2</sup> Ainda que o conceito tenha sido lançado no artigo "Demarginalizing the intersection of race and sex" (CRENSHAW, 1989), me concentrarei aqui nos artigos "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color" (CRENSHAW, 1993), em que Kimberlé Crenshaw aprofunda suas considerações abordando as diferentes formas de violência contra mulheres de cor, e "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero" (CRENSHAW, 2002), o primeiro texto da autora traduzido no Brasil e que, por isso, vem informando muitas/os pesquisadoras/es interessados em trabalhar com interseccionalidade no país.

<sup>3</sup> Considero que a luta contra a LGBTfobia se encontra inserida na luta feminista. Isso não significa que a primeira "se reduza" à segunda, mas que os padrões de gênero dominantes estão inextricavelmente ligados à sexualidade, devendo ser ela, portanto, um elemento fundamental para o feminismo.

<sup>4</sup> Exemplo disso é o livro *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016), cuja maioria de autoras participantes é ligada ao feminismo materialista e utiliza a noção de consustancialidade, mas tem como título uma expressão que remete à interseccionalidade.

interseccionalidade elaboradas pelas defensoras da consubstancialidade, procurando avaliar sua pertinência. Adotarei ainda uma perspectiva crítica em relação à noção de consubstancialidade, notadamente a alguns de seus pressupostos teóricos, como a ideia de "relações sociais de sexo".

Diante do apontamento das riquezas e dos pontos fracos da interseccionalidade, em diálogo principalmente com a consubstancialidade, argumentarei em defesa da radicalização da perspectiva crítica do primeiro conceito através da adoção de um conceito de classe social referente à luta de classes, e não a uma perspectiva quantitativa e liberal, que segmenta classes a partir de padrões de consumo.<sup>5</sup> Creio que, dessa forma, o sentido crítico original de contestação e transformação social, ligado ao feminismo negro e às mulheres de cor norte americanas, pode ser resgatado e aprofundado.

### **Interseccionalidade: das origens críticas ao sucesso acadêmico**

Embora o conceito de interseccionalidade seja creditado à jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 1989, 1993), o entendimento de que gênero, classe, raça e sexualidade não devem ser entendidos de maneira separada, mas entrelaçada e articulada, remonta aos movimentos de mulheres negras e mulheres de cor norte-americanas da década de 1970. O coletivo de mulheres negras Combahee River Collective, em manifesto datado de 1977, já afirmava um compromisso de "lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista", tendo como tarefa "o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os maiores sistemas de opressão se encadeiam", configurando uma "síntese dessas opressões [que] criam as condições de nossas vidas." (LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE, 1988: 172, tradução minha).

O feminismo negro teve, portanto, papel primordial no engendramento do que viria a ser sistematizado no conceito de interseccionalidade. Nos anos 1980, obras de autoras negras fundamentais, como *Sister outsider*, de Audre Lorde, e *Feminist Theory: from margin to center*, de bell hooks, associavam críticas ao que se convencionou

---

<sup>5</sup> Para uma discussão crítica da divisão de classes baseada no acesso ao consumo e no poder de compra, ver POCHMANN, 2012 e PESTANA, 2013.

chamar de "feminismo branco" a proposições em torno da necessidade de uma teoria feminista que correspondesse à complexa realidade das experiências vividas por mulheres negras, trabalhadoras, lésbicas etc. (HOOKS, 1984; LORDE, 2007). Em *Feminist Theory*, hooks denunciou o caráter branco, burguês e liberal que minava o potencial transformador do feminismo, já que o movimento se concentrava predominantemente nas experiências de mulheres brancas privilegiadas, ora consideradas como universais a todas as mulheres, ora como prioritárias (HOOKS, 1984). Com isso em vista, a autora apontou para a "necessidade de desenvolver ideias e análises que englobem um maior número de experiências, que sirvam para unificar em vez de polarizar" (HOOKS, 1984: x, tradução minha). Reivindicação similar foi feita por Audre Lorde que, em afirmação didática e sintética, concluiu que "não há algo como uma luta envolvendo uma só questão porque nós não vivemos vidas de uma só questão" (LORDE, 2007: 139, tradução minha).

Postulações como essas foram especialmente importantes para as feministas latino-americanas e caribenhas, dado o papel fundamental do sexismo, da desigualdade de classes, do colonialismo e do racismo na realidade de seus países. É nesse sentido que Ochy Curiel argumenta que pensar raça, sexo, classe e sexualidade articuladamente

"nos dá ferramentas para entender por exemplo como a mestiçagem como ideologia nacionalista e homogeneizante teve como base fundamental a violação das mulheres indígenas e negras por parte dos colonizadores, a partir de uma lógica heterossexual que faz com que os homens se apropriem do corpo das mulheres, sobretudo aquelas cujos corpos são valorizados ou como mercadoria, ou como meros objetos referidos à natureza" (CURIEL, 2008: 20, tradução minha).

No caso do Brasil, essa questão se torna ainda mais premente ao considerarmos a articulação entre capitalismo, sexismo, heterossexismo e o cruel racismo à brasileira, que tem no silenciamento uma de suas armas mais poderosas. Como afirma Sueli Carneiro, "o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira" (CARNEIRO, 1995: 546). A luta por uma transformação social profunda em nosso país, assim, passa necessariamente por um entendimento crítico da articulação das categorias citadas.

O conceito de interseccionalidade propriamente dito surgiu na virada dos anos 1980 para os 1990, proposto por Kimberlé Crenshaw, conforme mencionado. Crenshaw definiu a interseccionalidade como uma analogia segundo a qual

"vários eixos de poder [...] constituem avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento de movem. [...] Tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o 'tráfego' que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções" (CRENSHAW, 2002: 177).

Esse conceito, cuja origem está ligada à "crítica feminista negra radical norte-americana" (CARBIN; EDENHEIM, 2013: 3, tradução minha) dos anos 1970 e 1980, se tornou um 'hit concept' [conceito 'hit'] (DORLIN apud HIRATA, 2014: 62), tendo alcançado franco sucesso a partir dos anos 2000 (HIRATA, 2014: 62; PISCITELLI, 2008: 263).

Ocorre que esse sucesso, para autoras como Maria Carbin e Sara Edenheim (2013), se deu às custas de uma distorção do sentido original do termo. Elas argumentam que seu crescimento na pesquisa feminista europeia e norte-americana foi resultado da falta de discussões ontológicas importantes, tendo sido adotado como uma espécie de linguagem universal que permitiria um consenso entre feministas de orientações políticas e teóricas conflitantes. Para as autoras, "a interseccionalidade [...] não preenche os requerimentos de uma teoria e conseqüentemente 'todo mundo' sente que ela se adequa ao 'seu modo de pesquisar'" (CARBIN; EDENHEIM, 2013: 13, tradução minha). De fato, Crenshaw escreveu que não pretendia oferecer a interseccionalidade "como uma teoria da identidade nova e totalizante", mas como "um conceito provisório", "uma metodologia" (CRENSHAW, 1993: 1244, tradução minha). Daí a constituir um termo guarda-chuva, apropriado pelo feminismo liberal para "disfarçar um conflito, enquanto ao mesmo tempo reconhece a importância (das partes menos críticas) dos feminismos negro e pós-colonial" (CARBIN; EDENHEIM, 2013: 12, tradução minha) é um passo largo e perigoso. Passo esse que, para Carbin e Edenheim, promove "um apagamento de um dos objetivos políticos centrais do feminismo negro - o de tornar visíveis as relações hierárquicas e problemáticas dentro do feminismo" (CARBIN; EDENHEIM, 2013: 12, tradução minha).

Ina Kerner (2016) também identifica uma mudança de caráter na interseccionalidade, à medida em que foi ganhando espaço nos meios acadêmicos,

deslocando-se das margens dos estudos feministas para seu centro. Segundo ela, o termo tem cada vez mais transcendido a orientação baseada em um grupo social (mulheres negras e de cor) e se expandido como mecanismo de interpretação de questões variadas (para pensar relações entre categorias e desigualdades, por exemplo) (KERNER, 2016). Kerner afirma que

"A *metáfora* da interseccionalidade pode facilmente ser destacada da crítica social radical do feminismo negro e de mulheres de cor, de onde precisamente a *ideia* de interseccionalidade surgiu. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao menos em alguns casos, é a metáfora e não a ideia que viajou com tanto sucesso das margens do feminismo para o centro dos estudos de gênero e das ciências sociais em geral" (KERNER, 2016: 15, tradução minha).

O mascaramento dos conflitos teóricos e políticos sob a metáfora da interseccionalidade, apontado por Carbin e Edenheim, e o esvaziamento da crítica política original do conceito, sublinhado também por Ina Kerner, convidam a voltarmos o olhar com atenção à proposta original de Kimberlé Crenshaw e a estabelecer definições teóricas mais consistentes e mais próximas às origens críticas da interseccionalidade. Para isso, me volto aos textos dessa autora, procurando levantar algumas questões que dialoguem com os problemas identificados.

### **Metáfora, teoria, metodologia... o que é afinal interseccionalidade?**

Crenshaw afirma que seu objetivo em "*Mapping the margins*" é "explorar as dimensões de raça e gênero da violência contra mulheres de cor" (CRENSHAW, 1993: 1242, tradução minha). Nesse artigo, a autora retoma e aprofunda alguns aspectos de seu trabalho anterior (CRENSHAW, 1989), em que refletiu sobre a influência da interseccionalidade nas configurações do mercado de trabalho, considerando as experiências de mulheres negras e de cor.

Por sua vez, o segundo texto que analiso tem caráter bastante singular; trata-se do "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero" (CRENSHAW, 2002), voltado para a intervenção em políticas de direitos humanos. No "Documento...", a autora estabelece uma crítica ao universalismo que caracteriza a proteção dos direitos humanos das mulheres via Declaração Universal

dos Direitos Humanos, argumentando que ele "fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens" e que, por isso, não dava conta das experiências específicas e das violências sofridas por mulheres, escamoteadas como abusos "periféricos" (CRENSHAW, 2002: 171-172). Ela assinala que um processo similar ocorre em torno da questão racial, já que a discriminação que não se enquadra em um modelo-padrão pode ser "tratada como 'excessivamente diferente' das experiências formais do tipo apartheid para que possa constituir abuso de direitos humanos" (CRENSHAW, 2002: 172). Para alterar esse cenário, Crenshaw propõe "um *modelo provisório* para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero", além de sugerir "um *protocolo provisório* a ser seguido, a fim de melhor identificar as situações em que tal discriminação interativa possa ter ocorrido" (CRENSHAW, 2002: 171, grifos meus).

No texto de 1993, Crenshaw afirma que a interseccionalidade deve constituir "uma *metodologia* que irá, em última instância, interromper as tendências a ver raça e gênero como exclusivos ou separáveis", ressaltando também aqui seu caráter "*provisório*" (CRENSHAW, 1993: 244, tradução minha, grifos meus). Ela divide a "metodologia" em três aspectos: "interseccionalidade estrutural", isto é, "as formas com que a localização das mulheres de cor na interseção de raça e gênero"; "interseccionalidade política", relativa à "política feminista e antirracista", ou seja, a esses movimentos sociais e suas ações e; "interseccionalidade representativa", referente à "construção cultural das mulheres de cor" (CRENSHAW, 1993:1245, tradução minha).

A interseccionalidade estrutural, com sua ênfase na "localização", pode ser relacionada com a definição de interseccionalidade que aparece no "Documento...", citada anteriormente, que descreve a metáfora do cruzamento de diversas "avenidas" - os "eixos de poder". Ela chega a usar o termo "topologias" para se referir à localização de mulheres no entrecruzamento interseccional (CRENSHAW, 2002: 177).

Nesse mesmo texto, Crenshaw elabora uma definição que resume bem sua proposta:

"A interseccionalidade é uma *conceituação* do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições

relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" (CRENSHAW, 2002: 177).

Essa definição é precedida por um subtítulo que a apresenta como uma "conceituação metafórica". "Conceituação metafórica", "modelo provisório", "protocolo provisório", "metodologia" etc.: a variedade de expressões associadas à interseccionalidade, bem como seu reafirmado aspecto provisório, podem ser relacionados ao caráter aberto que Carbin, Edenheim e Kerner identificaram como tendo sido, por um lado, fonte de sucesso do conceito e, por outro, motivo de confusões teóricas e apropriações indevidas. O fato de o conceito englobar categorias que suscitam debates teóricos extensos e profundos, tais como raça, classe social, gênero e sexualidade, pode ter dado origem a um salto de compreensão que transforma a própria interseccionalidade em teoria - coisa que Crenshaw, ao menos segundo os textos analisados, não parece ter tido como pretensão.

Um ponto relevante é o fato de Crenshaw priorizar, dentre outras, as interseções entre raça e gênero. Em "*Mapping the margins*", ela procura demonstrar como as mulheres de cor não têm sido representadas pelo feminismo nem pelo antirracismo, sendo marginalizadas em ambos, e afirma que "as experiências das mulheres [que sofrem violência doméstica] são frequentemente o produto de padrões intersectados de racismo e sexismo" (CRENSHAW, 1993:1243, tradução minha). Uma nota de rodapé traz uma breve ressalva em relação à sua priorização. Nela, a autora explica que "o conceito pode e deve ser expandido ao trazer para a equação questões como classe, orientação sexual, idade e cor" (CRENSHAW, 1993: 1244-1245, tradução minha).

Essa priorização de raça e gênero, em detrimento de classe e sexualidade, por exemplo, tem sido apontada por críticos da interseccionalidade como um de seus grandes problemas (HIRATA, 2014). No artigo de 1993, a questão de classe é mencionada em termos de "opressão de classe", quando Crenshaw se refere a mulheres "pobres", "desempregadas" e "subempregadas" (CRENSHAW, 1993: 1245-46, tradução minha), ponto que não chega a desenvolver além da menção.<sup>6</sup> Vale observar que o

---

<sup>6</sup> A palavra classe ("*class*") aparece também no início do texto, quando Crenshaw afirma que questões como a violência doméstica afetam as "mulheres enquanto classe" ("*women as a class*") (CRENSHAW, 1993: 1241, tradução minha). Acredito que aqui a autora não utilize a palavra para se referir à classe social no sentido a que temos nos referido, mas provavelmente como grupo social de certo tipo.

termo "pobres", usado para qualificar mulheres, revela uma abordagem quantitativa da classe - pobre sendo aquela que não possui dinheiro e acesso ao consumo - em vez de uma concepção qualitativa, ligada à concepção de luta de classes.

A abordagem parcial ou periférica da classe social nos trabalhos que adotam a interseccionalidade como pressuposto é um elemento da crítica que tem sido feita por autoras ligadas ao feminismo materialista francófono (HIRATA, 2014). Abordarei a seguir outros aspectos dessa crítica, trazendo à cena o conceito de consubstancialidade.

### **Consubstancialidade e interseccionalidade**

Nos anos 1970, a socióloga francesa Daniele Kergoat elaborou o conceito de "consubstancialidade", em outra tentativa de responder à demanda por uma categoria que levasse em conta as desigualdades de forma articulada. Assim como a interseccionalidade, a consubstancialidade propõe não hierarquizar as formas de opressão (HIRATA, 2014: 63). Helena Hirata, parceira de Kergoat em diversas publicações, explica que

"Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas" (HIRATA, 2014: 63).

Ligada ao feminismo materialista, Kergoat ressalta a necessidade de "'genrer' a classe e 'classer' o gênero" (HIRATA, 2014: 64), seguindo a linha de outras feministas ligadas ao marxismo que, para denunciar o sexismo nas relações de trabalho e entre trabalhadores, insistiam em lembrar que "a classe operária tem dois sexos" (SOUZA-LOBO, 2011). Helena Hirata sistematiza as críticas de Kergoat ao conceito de interseccionalidade:

"1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero e classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetem a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar

em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação.” (HIRATA, 2014: 65)

Para melhor compreender esses elementos, pode-se considerar a crítica que muitos/as autores/as marxistas têm feito à noção de "identidade", frequentemente ligada a concepções teóricas pós-modernas e pós-estruturalistas que rejeitam qualquer ideia de totalidade e a existência de determinações sociais historicamente específicas (WOOD; FOSTER, 1999). Kenan Malik, em artigo sobre raça e pós-modernismo, reconhece a importância da percepção de que os seres humanos estão sujeitos a reivindicações e identidades conflitantes, mas argumenta que

"O problema surge, contudo, quando todas as identidades são tratadas como equivalentes, de modo tal que preferências pessoais em estilo de vida, como os 'estilos musicais', recebem o mesmo peso e importância que atributos físicos, tais como 'deficiência física' ou alguns produtos sociais como raça e classe [...]. Na verdade, para começar, já há um problema quando se concebe raça ou classe como uma 'identidade'. Reações sociais, tal como opressão racial, não se transformam absolutamente em relações sociais, mas em atributos pessoais ou mesmo em opções de estilo de vida. Quando raça é considerada equivalente a 'estilos musicais' ou a códigos de vestuário', aparentemente o 'social' não significa nada mais que uma decisão particular que qualquer indivíduo pode tomar, e a 'sociedade' é reduzida ao agregado de identidades individuais" (MALIK, 1999: 127).

Essa afiada crítica à ideia de identidade ressalta o perigo de compreender como individual um tipo de relação que é social, histórico e efetivamente material. O que Malik e Kergoat apontam é o caráter problemático de compreender que há tantas identidades quanto há possibilidades de estilos de vida disponíveis para escolha de cada indivíduo. Não é isso que está em jogo quando se pensa sistemas estruturantes das relações sociais, como é o caso do racismo e do próprio capitalismo, por exemplo. Embora a crítica de Kergoat se volte especificamente para a interseccionalidade, não acredito que essa posição seja inerente ao conceito, mesmo porque a própria Kimberlé Crenshaw assinalou como parte de sua proposta o "processo de reconhecer como social e sistêmico o que foi anteriormente percebido como isolado e individual" (CRENSHAW, 1993: 1241-1242, tradução minha).

Crenshaw utiliza a noção de identidade constantemente em seus escritos, adotando uma pluralidade terminológica para se referir à gênero, raça, classe etc., como "categorias identitárias" (CRENSHAW, 1993: 1242, tradução minha), "padrões de subordinação" (CRENSHAW, 1993: 1249, tradução minha), "múltiplas dimensões da

identidade" (CRENSHAW, 1993: 1299, tradução minha), "eixos de poder", "eixos de subordinação" (CRENSHAW, 2002: 177), entre outros. Ela se refere a "grupos identitários" e "políticas identitárias" (CRENSHAW, 1993: 1299, tradução minha), mas também fala em "sistemas de subordinação" e "estrutura" (CRENSHAW, 2002: 176), termos que ressaltam mais o aspecto social e histórico das questões abordadas. O fato de a interseccionalidade não ser uma teoria não significa que não carregue consigo categorias que têm, por si só, carga teórica. Nesse ponto, as considerações em torno dos problemas trazidos pelo caráter aberto e provisório do termo ganha ainda mais importância.

Segundo Hirata, o essencial da crítica de Kergoat é que a interseccionalidade "não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica", além do entendimento que "a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível" (HIRATA, 2014: 65-66). Se a consubstancialidade, como a interseccionalidade, segue a premissa das interseções sem hierarquizar categorias, por que não adotar o primeiro termo e abandonar o segundo?

Diferentemente da interseccionalidade, a consubstancialidade traz consigo um denso aparato teórico, com concepções políticas bastante marcadas. Primeiramente, as autoras ligadas à consubstancialidade criticam o uso do conceito de gênero e propõem sua substituição pelo de "relações sociais de sexo". Elas entendem que o gênero é de difícil apreensão para mulheres que não estão inseridas na academia (o que é fundamental, já que sua preocupação é focada nas mulheres trabalhadoras), além de diluir o sujeito "mulheres", mascarando o feminismo em algo que soaria menos ameaçador, como os "estudos de gênero" (CISNE, 2014). No trecho abaixo, essa crítica é desenvolvida por Jules Falquet:

Embora muitas vezes usados de forma indiscriminada, muitas vezes, para evitar o estigmatizado termo '*feminismo*' ou para fornecer um "*plus*" para a palavra mulher - o gênero também introduz uma renovação teórica. Para algumas, ele permite desnaturalizar a opressão das mulheres: no decorrer de milhares de oficinas que foram organizadas no continente [europeu] para conhecer a teoria do "*sistema de sexo-gênero*", cada uma aprende que gênero é uma construção *social*, ainda que se baseie numa diferença biológica (o sexo). Nessas formações aceleradas sobre gênero, a noção de hierarquia entre os sexos é muitas vezes apagada. Quanto às outras relações [*rappports*] sociais, elas simplesmente desaparecem. Por outro lado, cada vez mais acrescenta-se a sexualidade, especialmente gay e queer à palavra gênero - a tal ponto que as mulheres quase desaparecem deste discurso para serem substituídas pelas preocupações sobre financiamentos concernentes à discriminação contra gays e trans" (FALQUET apud CISNE, 2014: 138).

Ainda que consiga entender a lógica do argumento, considero complicado tamanho incômodo com a inclusão de "gays e trans" trazida pelo conceito de gênero. Primeiro, o entendimento que "trans" e mulheres são grupos mutuamente excludentes me parece derrapar em transfobia, já que desconsidera a existência de mulheres trans como sujeitos do feminismo. De toda sorte, a discriminação contra as diferentes formas de sexualidade e identidades de gênero têm relação direta com a dominação masculina e a misoginia. Exemplo disso é o fato de que homens gays considerados afeminados sofrem discriminações específicas, já que tudo que é considerado feminino é, para o pensamento misógino, inerentemente inferior. Assim, considerar que a inclusão dessas questões e desses sujeitos no feminismo, com o advento do conceito de gênero, significou substituir as mulheres "pelas preocupações sobre financiamentos concernentes à discriminação contra gays e trans" é uma posição da qual discordo com veemência.

Como alternativa ao gênero, autoras como Kergoat, Falquet, Anne-Marie Devreux e Mirla Cisne defendem o uso de "relações sociais de sexo". Sobre esse conceito, Cisne esclarece:

"Advindo da escola feminista francesa, na língua original é chamado *rappports sociaux de sexe*". [...] *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos" (CISNE, 2014: 136).

Se uma "rapport" é uma "relação de produção material e ideal" (KERGOAT apud CISNE, 2014: 136) e "uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos" (DEVREUX apud CISNE, 2014: 137), isso significa dizer que os sexos constituem duas classes antagônicas. A relação material de antagonismo entre homens e mulheres se refere ao complexo debate sobre apropriação/exploração do trabalho doméstico feminino pelos homens, discussão que remonta ao feminismo materialista e o feminismo operário da década de 1970. Essa discussão envolve uma confusão entre trabalho produtivo, aquele que produz valor e que, portanto, pode ser explorado, e trabalho reprodutivo, o trabalho de alimentar, limpar, vestir, entre outras tarefas

realizadas via de regra por mulheres no âmbito doméstico e que garantiam a reprodução da mão de obra operária.

Para o feminismo operário, esse trabalho reprodutivo era apropriado pelo capitalismo na medida em que as mulheres não recebiam salário por seu trabalho. Já para o feminismo materialista, o trabalho reprodutivo era explorado pelos homens operários, ideia que baseia a noção de que homens e mulheres, sejam proletários ou burgueses, constituem "classes sexuais" antagônicas. Cinzia Arruzza, filósofa feminista e marxista, faz uma importante crítica a essas posições:

"Afirmar que o trabalho doméstico produz valor [e que, portanto, é produtivo e pode ser explorado] equivale a depreciar aquele que deveria ser o aspecto essencial para compreender a natureza e a forma pela qual o capitalismo transformou a família. De facto, o ponto fundamental é que este trabalho reprodutivo acontece *fora* do mercado, não é produção de mercadoria, não é uma produção destinada à troca. E não o é precisamente porque o capitalismo, por um lado, subtraiu à família o papel de unidade reprodutiva e, por outro, levou a que o trabalho de reprodução da força de trabalho tivesse lugar majoritariamente no espaço da família, separando-o do processo de produção e circulação de mercadorias. [...] Este aspecto é substancialmente ignorado por Christine Delphy, como se a questão se referisse à natureza dos serviços oferecidos pelo trabalho doméstico, e não à sua inserção (ou não) no processo de produção e circulação das mercadorias" (ARRUZZA, 2010: 102).

Arruzza se refere à argumentação de Christine Delphy, autora fundamental do feminismo materialista francês, que procurava provar que os homens se apropriam do trabalho das mulheres, produtivo por natureza, já que quando feito externamente ao âmbito doméstico (como cozinhar em casa para família ou comercialmente em um restaurante), é remunerado, diferentemente do trabalho doméstico. Por natureza, então, o trabalho reprodutivo seria produtivo. O que Arruzza questiona é justamente essa ideia de uma "natureza" inerente ao trabalho, já que sua classificação como produtivo ou improdutivo, de acordo com a concepção marxiana, dependeria de sua inserção nas relações sociais.

Arruzza desenvolve ainda uma crítica à ideia de "classes sexuais" antagônicas, subjacente ao conceito de "relações sociais de sexo":

"Naturalmente, a opressão das mulheres é transversal a todas as classes sociais. [...] Mas daí até pensar que a opressão feminista assume a mesma forma, ignorando a classe social a que pertence, e que as determinações de classe originadas pelo meio social em que a mulher é colocada, independentemente de trabalhar ou de ser ela própria magnata da indústria, são questões de *falsa consciência* [conforme Delphy] [...] vai um grande passo". (ARRUZZA, 104-105)

Arruzza entende que, da mesma forma como o movimento operário tradicional pode comprimir o gênero na classe operária, o feminismo materialista, nessa operação, o comprime na ideia de "classe sexual", condicionando a esfera da reprodução pela da produção, perdendo-se de vista sua especificidade (ARRUZZA, 2010: 105). Assim, a transposição teórica semidireta do aparato conceitual do marxismo para as relações entre os sexos/gêneros acaba produzindo mais problemas do que de fato soluções.

Por conta desse complexo quadro que se liga à consubstancialidade, ela não me parece um termo que possa substituir a interseccionalidade, já que as opções teóricas implicadas nos seus usos de "classe" e "sexo" não condizem com as posições teóricas e políticas que me parecem mais acertadas.

## Por uma perspectiva interseccional crítica e contestadora

Através da retomada de dois textos-chave para a compreensão da proposta de Kimberlé Crenshaw sobre o conceito de interseccionalidade, colocados em diálogo com autoras críticas a ele, foi possível desenvolver uma reflexão em relação a seus limites, a despeito do notável sucesso que alcançou no campo das ciências sociais. Contudo, os problemas apontados, tendo sido contrastados com o conceito de consubstancialidade, não são suficientes, a meu ver, para que se abandone do termo proposto por Crenshaw. Da mesma forma que seu caráter aberto e provisório pode ser responsabilizado por confusões teóricas e apropriações indevidas, não me parece haver nada inerente ao conceito que inviabilize sua utilização; o que lhe falta, conforme as colocações de Carbin e Edenheim, é uma definição teórica mais precisa. Entendo que essa definição deve se dar em diálogo com uma concepção materialista histórica das relações sociais, que busque compreender não apenas como as interseções entre raça, gênero e classe configuram uma dada "localização" individual, mas de que forma racismo, patriarcado/sexismo e capitalismo interagem para produzir a subjugação de alguns grupos humanos por outros.

Esse entendimento não nega as origens da interseccionalidade; ao contrário, viabiliza a retomada de seu caráter crítico e contestador. Cabe, nesse ponto, retomar a declaração do Combahee River Collective, pioneiro no entendimento da articulação das categorias citadas, que argumenta o seguinte:

"Reconhecemos que a libertação de todas as pessoas oprimidas requer a destruição dos sistemas político-econômicos do capitalismo e do imperialismo, tanto como a do patriarcado. Somos socialistas porque cremos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que o realizam e criam os produtos, e não para o proveito dos patrões. Os recursos materiais têm de ser distribuídos igualmente entre todos que os produzem. Não estamos convencidas, entretanto, que uma revolução socialista que não seja também uma revolução feminista e antirracista nos garantirá nossa libertação. [...] Precisamos verbalizar a situação real de classe de pessoas que não são simplesmente trabalhadoras sem raça, sem sexo, mas para quem as opressões raciais são significantes determinantes em suas vidas de trabalho/econômicas. Ainda que compartilhem um acordo essencial com a teoria de Marx no que se refere às relações econômicas específicas que ele analisou, sabemos que sua análise precisa se estender mais para que nós compreendamos nossa situação econômica específica como negras" (LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE, 1988: 176, tradução minha).

A perda da dimensão da classe social em termos de luta de classes no seio do capitalismo, tornando-se mera descrição de quantidade de riqueza possuída e de acesso

ao consumo, em termos quantitativos, faz o jogo do liberalismo, esse sim diametralmente oposto a um entendimento crítico da interseccionalidade. bell hooks explicou como "a ideologia do 'individualismo competitivo, atomista e liberal' permeou o feminismo em uma extensão que chegou a minar, em certo ponto, o radicalismo potencial da luta feminista (HOOKS, 1984: 7, tradução minha). Ela explica que

"Mulheres que não se opunham ao patriarcado, ao capitalismo, ao classismo ou ao racismo se intitularam 'feministas'. [...] Queriam igualdade social em relação aos homens de sua classe; outras queriam pagamento igual para trabalhos iguais; outras queriam um estilo de vida alternativo. Muitas dessas preocupações legítimas foram facilmente cooptadas pelo patriarcado capitalista dominante" (HOOKS, 1984: 7, tradução minha).

hooks assinala, assim, que "a ordem burguesa, o capitalismo e o falocentrismo estão prontos para integrar quantas feministas forem necessárias" (FOUQUE apud HOOKS, 1984: 7, tradução minha). Nesse sentido, pode-se considerar que a análise interseccional que considera racismo e sexismo, mas que não desenvolve uma crítica do capitalismo, não representa uma ameaça real aos sistemas integrados que produzem desigualdade, já que as demandas individuais podem ser tragadas por ele sem custos significativos, mas as lutas coletivas exigem sua desestruturação.

O que pretendo com essa argumentação não é propor uma primazia da classe social frente a raça, gênero e sexualidade, mas pensar formas de utilizar a abertura da interseccionalidade para qualificá-la enquanto instrumento de crítica sistêmica. Uma das maiores pensadoras negras contemporâneas, Angela Davis, articula de maneira brilhante uma perspectiva marxista com o feminismo negro e o pensamento interseccional. Segundo Davis:

"As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras" (DAVIS, 1997: s.p.).

Diante do assustador desenvolvimento do capitalismo globalizado, racista e patriarcal, Davis faz uma importante colocação sobre nossas possibilidades de resistência:

"Eu realmente penso que utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que necessitamos de visões para nos inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos" (DAVIS, 1997: s.p.).

Uma perspectiva crítica, feminista, antirracista e socialista não é, portanto, utópica no sentido de inatingível, impossível, mas, conforme Davis, em imagem que lembra a colocação de Eduardo Galeano, a utopia serve para que nos movamos, como um horizonte que não nos deixa parar de caminhar.<sup>7</sup> A perspectiva interseccional, nessa caminhada, me parece ser a que melhor instrumentaliza aqueles que lutam pelo fim das desigualdades.

## **Bibliografia**

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Combate, 2010.
- CARBIN, Maria; EDENHEIM, Sara. The intersectional turn in feminist theory: a dream of a common language? *European Journal of Women's Studies*, 2013, pp. 1-16.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995.
- CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, 'raça'/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporais*, Brasília, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014, pp. 133-149.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, 1989, pp. 139-167.

---

<sup>7</sup> Trecho de entrevista com Eduardo Galeano, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

- \_\_\_\_\_. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, vol. 43, 1993, pp. 1241-1299.
- \_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.
- CURIEL, Ochy. Gênero, Raza, Sexualidad: debates contemporaneos. 2008. Disponível em: <[http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Conferência realizada na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales. São Luiz, 13 dez. 1997. Disponível em: <[http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs.\\_kSJASA](http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs._kSJASA)>. Acesso em 09 fev. 2017.
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, jun. 2014, pp. 61-73.
- HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South end press, 1984.
- KERNER, Ina. Relations of difference: power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories. *Current Sociology*, 2016, pp. 1-21.
- LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE [COMBAHEE RIVER COLECTIVE]. Una declaración feminista negra [1977]. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. *Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. San Francisco: Ism Press, 1988.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches by Audre Lorde*. Berkeley: Crossing Press, 2007.
- MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B. *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- PESTANA, Marco Marques. *As classes sociais ainda importam?* (parte 1 de 2). 29 jun. 2013. Disponível em: <<https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/07/29/as-classes-sociais-ainda-importam-parte-1-de-2/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

- PISCITELLI, Adriana G. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 263-274.
- POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B. *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.